

AS POLÊMICAS TESES

Voz — *As perspectivas de retomada do crescimento da economia brasileira estão vinculadas às mudanças na economia mundial?*

Ignácio Rangel — Devo dizer o seguinte: a maneira como a economia brasileira se integra à economia mundial é um assunto ainda mal estudado. Mas, é nas fases recessivas da economia mundial que a economia brasileira reage, retomando seu próprio crescimento. Atualmente, nós temos uma situação que provavelmente repetirá isso. Nossa economia depende da economia mundial, mas é preciso estar atento à maneira como isto se dá. Esse reflexo não é um mero sinal. Não é preciso esperar que a economia mundial se reative, para que a economia brasileira se reative. Pelo contrário, a nossa reativação pode ser uma resposta à estagnação da economia mundial. Em 1937, eu ainda estava na cadeia, mas pude ver o País prosperar e, não obstante, a economia mundial era francamente recessiva. Algo semelhante pode estar acontecendo agora. A economia brasileira reflete o movimento da economia mundial, mas não de uma maneira simples e direta. Não será a primeira, nem a última vez que isso acontece. Nós devemos estar atentos ao que acontece no resto do mundo.

Voz — *Essa reação, nas condições atuais, é possível com uma perspectiva autárquica ou através da maior integração à economia mundial?*

Ignácio Rangel — Pode ser de uma maneira ou de outra. Por exemplo, nós temos atualmente um comércio exterior com os países do Primeiro Mundo que está dando um vasto saldo comercial, que nos permite inclusive discutir melhor as coisas, para ver se resolvemos o problema interno que aí está. Nós só temos esses US\$ 2 bilhões de saldo mensal do comércio exterior, mas o governo não tem como comprar os dólares... Quando nós exportamos, o exportador tem que vender seus dólares e converter em cruzados, para comprar os dólares dele. Quando nós importamos, ao contrário, o governo vende os dólares aos importadores, transfere cruzados, mas como ele vende apenas US\$ 1 bilhão e compra US\$ 3 bilhões, faltam cruzados para comprar essa diferença. Mas, nós podemos organizar um comércio exterior bilateral. Isso convém, inclusive, ao capitalismo financeiro que está nascendo no Brasil.

Isso talvez contribua para a vinda do socialismo, quem sabe. O socialismo pode vir ao Brasil como o capitalismo veio: pela porta da rua. Pode vir através dessa relação com o exterior. Para entender realmente essa possibilidade é preciso levar em conta que, nesses dez anos que temos pela frente, o centro da economia mundial pode passar a ser socialista. Consequentemente, nossas relações de comércio exterior poderão ser relações do tipo

socialista. O País, internamente, pode ser capitalista, mas terá necessidade de relações do tipo socialista com o exterior: se o centro da economia mundial se deslocar para o socialismo.

Voz — *O senhor fala de relações mutuamente vantajosas...*

Ignácio Rangel — Exato. Resultantes da planificação do Estado. Nosso plano tem que começar pelo bilateralismo. Uma forma elementar de planejamento é o bilateralismo. Sendo ainda uma relação capitalista de comércio, já é uma forma socialista de comércio. É preciso ficar atento a esta dialética.

Voz — *Fala-se do esgotamento do processo de substituição de importações, de crise no padrão de acumulação e investimentos. Qual é a alternativa de retomada do crescimento no Brasil?*

Ignácio Rangel — Primeiro, nós começamos a substituição das importações pela indústria leve: vestidos, sapatos etc. Começamos a fazer os artigos que importávamos antes. Depois, avançamos para produtos caseiros, bens de consumo duráveis, máquinas e a indústria pesada. A indústria pesada tomou forma robusta e madura, hoje é uma realidade. Mas, o grande serviço de utilidade pública é um setor deficiente. Nós temos uma indústria siderúrgica que não precisa *a priori*, ser expandida, pois nós temos aço suficiente, temos uma indústria de tecidos suficiente, uma indústria de automóveis, de tratores... tudo isso. Mas, os serviços de utilidade pública vão depender de investimentos muito pesados, sem serem a rigor substituição das importações, pois não importamos transportes ferroviários nem eletricidade.

É uma produção, uma demanda engendrada pelo crescimento proporcionado pela substituição das importações. O fato de substituir importações fez a economia crescer, crescer muito, aumentando a necessidade de transporte ferroviário, de energia elétrica e outros serviços, como água e esgotos. Criaram-se novas demandas, que não são propriamente substituição das importações. O metrô, por exemplo, não é uma substituição das importações, é uma necessidade das grandes cidades cujo crescimento ocorreu atrelado à substituição das importações. Isso também exige expansão das importações, não de primeiro, segundo ou terceiro grau. É a última fase do processo de substituição das importações e, ao mesmo tempo, já não é mais. Quer dizer, encerra um processo. Resultará do atendimento de uma demanda criada por todo o ciclo, exigindo investimentos internos. Esses investimentos não são brincadeira. No setor de energia, para evitar uma grave crise nos próximos anos, os cálculos supõem um investimento anual de US\$ 7 bilhões. Ora, nós já temos uma indústria capaz de fornecer 90% desse equipa-

Ignácio Rangel, autor de "A Indústria Brasileira", é um decano da economia marxista no Brasil, um clássico da corrente dualista. Ex-militante comunista na década de 30, quando pegou em armas e foi preso, afastou-se do PCB por ocasião do Manifesto de Agosto. Hoje, continua um estudioso do marxismo e da realidade brasileira, referência obrigatória nos meios acadêmicos quando o assunto é teoria, e assíduo frequentador do noticiário sobre a crise brasileira.

Nesta entrevista a *Voz da Unidade*, concedida a Luiz Carlos Azedo em seu apartamento em Laranjeiras, Rio de Janeiro, ele afirma que o Brasil do século XXI

será socialista, mas mundo-cabo contra-não durante o seu processo de desenvolvimento.

É um socialista, adepto da hipótese do ciclo longo de Kondratieff

que não se trata de um marxista



5 DE IGNACIO RANGEL

mento aqui dentro, mas nos faltam os recursos em cruzados para comprar este equipamento.

Voz — Já é evidente uma crise profunda no setor público da economia. Essa crise é atribuída à situação das finanças públicas, principalmente por causa da relação entre pagamento do serviço da dívida externa e os mecanismos que o governo adotou para levantar recursos para pagar a dívida.

Ignácio Rangel — Para financiar os investimentos desses serviços que não vão parar de crescer...

Voz — Existe, então, uma crise do setor público — ele precisa ser reestruturado?

Ignácio Rangel — Precisa, sim. Nós temos uma crise do tipo decenal, uma crise que a Europa teve no século passado. De 1920 para cá, nós tivemos a cada decênio um período de alta e baixa bastante regular. Geralmente, na primeira quinzena de cada semestre. Era um período depressivo. Tanto de 1920, como em 1950. O período de 1940 é difícil dizer, porque houve a guerra, mas em 50 foi claramente de Getúlio. Em 60, então, foi tão violento que derrubou o governo. De 1973 a 1975, houve uma queda relativamente pequena. Uma queda de data marcada. E, depois, houve a de 80. Esses movimentos recessivos se alternam com movimentos ascendentes. O período de Washington Luis foi de calma política, depois, houve o período de 55 em diante, quando houve um crescimento considerável. Houve o período de Juscelino e o "milagre" do Delfim. No final dos anos 70, houve também uma base de crescimento considerável. Em cada uma dessas fases, o Estado teve uma função antiga e uma nova, uma que ele perdeu e outra que ele ganhou. Isso vai acontecer agora.

Voz — E como seria isso?

Ignácio Rangel — Será um processo de privatização de serviços de utilidade pública. Empresas privadas, inclusive multinacionais, se tornarão concessionárias de serviços de utilidade pública. Mas, elas só poderão fazer isso se o Estado assumir certas funções que ele não está assumindo agora. Uma dessas funções é o comando do aparelho financeiro. Por exemplo, uma empresa privada se torna concessionária do metrô. Ela investe o seu dinheiro, mas não só o seu dinheiro. Então, ela vai ao mercado levantar capitais. Mas, para fazer isso, ele tem que oferecer algo ao credor. Tem que oferecer uma garantia, e essa garantia ela não pode oferecer sem o aval do Tesouro. Por isso é que o Tesouro está endividado. Porque ele dá o aval sem medida. Por exemplo, a Eletrobrás precisa de dinheiro dentro ou fora do País. Então, ela oferece a hipoteca de seus bens — e isso interessa ao credor. Se não paga, o credor cobra o aval do Tesouro. Isso sempre funcionou

muito bem. Mas, chega um momento em que acaba esse aval.

Sempre há expectativa de recursos fiscais a pingar no futuro, mas nunca conseguiríamos construir Itaipu com dinheiro pingado a cada ano pelo orçamento. Quando estava escrevendo a lei da Eletrobrás, levantei uma dúvida

"O socialismo pode vir ao Brasil como o capitalismo veio: pela porta da rua. Pode vir através dessa relação com o exterior".

estamos criando um aparelho esdrúxulo, porque o Estado não tem poder hipotecário, não tem poder concedente, poder concessionário. E credor e é devedor. Em dado momento não vai funcionar mais. E, num dado momento, deixou de funcionar mesmo. Como vamos sair dessa? A construção passa à empresa privada, sai do Estado. Ela pode oferecer ao Estado a hipoteca de seus bens. O Estado pode receber essa hipoteca, guardar na gaveta e dar o seu aval. Um aval que tem como garantia não recursos fiscais futuros, mas aquela hipoteca. E se acontecer o caso do devedor não pagar? O Estado, com o poder de concedente, toma a concessão: como credor hipotecário, toma os bens. E, consequentemente, pode entregar para outro concessionário, o que lhe convier. Essa é a função que basicamente o Estado passará a ter.

Voz — O senhor acha que o Estado deve reorganizar os serviços públicos por esse sistema, mas qual o papel estratégico do Estado num novo ciclo de crescimento?

Ignácio Rangel — Ao fazer isso, ele mobiliza o potencial financeiro da economia nacional.

Voz — Mas isso é possível sem mexer no sistema bancário?

Ignácio Rangel — Veja bem, seja o Banco do Brasil, seja a Caixa Econômica Federal, seja o Bradesco, ele vai exigir uma garantia seria. Essa garantia cumpre uma função: ao atender uma exigência do setor privado, ele está de fato assumindo a posição estratégica de comando.

Voz — Sem tocar no sistema financeiro, nos bancos?

Ignácio Rangel — Se adaptará naturalmente. É como aconteceu, por exemplo, quando veio a correção monetária. Pensava-se que a correção monetária era uma coisa sem importância. Passaram-se vinte e tantos anos e não se conseguiu desmanchar seus mecanismos. A indexação permanece cada vez mais robusta. E agora estão pensando em otimizá-la, levar a indexação ao limite. Tanto os bancos do governo como os privados se ajustaram àquela

nova condição e o País prosperou. Qualquer coisa do gênero acontece agora, formando um capitalismo financeiro realmente maduro.

Voz — Mas o Estado sempre puxou o desenvolvimento...

Ignácio Rangel — Mas ele puxou assim, com seu dinheiro, com o seu aval. O serviço de utilidade pública ia ao mercado levantar capital estrangeiro para dentro do País. Se fosse esperar que o governo cobrasse imposto para construir Itaipu, ela não seria construída nunca. E o que ele fez? Tomou dinheiro emprestado dentro e fora do País. E essa dívida foi garantida pelo aval do Tesouro. Portanto, o Estado tinha uma função. A função fundamental dele não era tirar recursos, era permitir a mobilização dos recursos privados.

Voz — Os indicadores econômicos sugerem liquidez no setor privado, enquanto o setor público está estrangulado...

Ignácio Rangel — Se o Estado adotar esse procedimento, possibilitará o uso desse potencial que o setor privado acumulou. A capacidade ociosa do sistema está em mãos do setor privado. Ele, inclusive, tem liquidez maior que a que aparenta. O que vai acontecer? Suponhamos uma empresa como a Volkswagen — ela está usando uma fração de sua capacidade. Ela não sabe o que fazer com seus recursos, que sobram de caixa, ela não se estica, não leva ao limite a obtenção de seu potencial. Ela vai descobrir que precisa usar plenamente essas possibilidades. Então, ela vai pressionar o governo para estabelecer novas formas de comércio com a África, com o mundo socialista, para poder vender automóveis. Vendendo, vai ter uma sobra de caixa muito maior e terá que investir aqui.

Voz — Em sua opinião, então, o que deve continuar nas mãos do Estado?

Ignácio Rangel — Essa não é uma resposta fácil. É possível abrir o setor de energia elétrica para as empresas privadas sem privatizar a Eletrobrás. Ela pode intervir no processo oferecendo mercado para energia, dando assistência para quem quiser levantar capital, através do BNDES, por exemplo. No caso do setor ferroviário, pode surgir casos em que um setor privado se interesse por construir um ramal, um setor E não há razão para acabar com a ferrovia federal, isso precisa ser estudado com atenção.

Em certos casos é preciso privatizar mesmo. O governo, até agora, está dando demasiada atenção ao problema da privatização das empresas que não são serviços de utilidade pública. Por exemplo, no setor têxtil, que está com excesso de capacidade. As empresas podem entrar em falência por uma razão ou outra. O Estado vai e toma a empresa, põe no estaleiro, reconstrói

e devolve. Ao fazer isso, está criando uma outra crise. É despir um santo para cobrir outro. Ao entrar no mercado com excesso de capacidade, essa empresa recuperada vai provocar a falência de outra. Já no setor de serviços públicos, não há excesso de capacidade, essa empresa recuperada vai provocar a falência de outra. Já no setor de serviços públicos, não há excesso de capacidade.

Voz — E esse processo inflacionário, como o senhor está vendo isso?

Ignácio Rangel — A inflação não é um problema em si, apenas reflete um outro problema, nos obriga a buscar meios. Enquanto a esquerda discute o problema, as conversações estão sendo feitas em larga escala aos bilhões de dólares por ano, via legal ou ilegal. A economia é rigorosa e está saindo da crise.

Voz — Saindo da crise?

Ignácio Rangel — Parece. Não é brincadeira dois anos nessa crise, a maior crise da história. Nós nunca tivemos saldo na balança comercial tão grande como agora. Oficiais. Supõe que o governo tem dinheiro, tem cruzados para comprar todos os dólares que a gente exporta tanto. Se oferece ao exportador ou à empresa privada uma aplicação para os seus cruzados aqui dentro, ou seja, se ele privatiza o serviço de utilidade pública, o que vai acontecer? Futura-se.

Voz — Mas esse processo não pode acarretar maior controle das transações sobre a economia brasileira?

Ignácio Rangel — Não, você está assistindo nascer o capitalismo financeiro brasileiro. Esse capitalismo financeiro nasce sob a égide do Estado em todas as etapas. Há as empresas que querem remeter as suas matrizes os seus lucros, porque elas não sabem o que fazer com eles aqui. Mas acontece que muitas vezes não interessa a remessa desses lucros, elas não sabem o que fazer com isso lá fora. Se nos começarmos a sair da crise, vão investir aqui. O Brasil é um bom risco.

"Enquanto a esquerda discute a inflação, as conversões estão sendo feitas aos bilhões de dólares por ano, via legal ou ilegal".

Voz — Esse modelo econômico é perverso, marginaliza milhões da produção, concentra renda, é injusto. Como retomar o crescimento com uma política de rendas mais justa socialmente?

Ignácio Rangel — Sem modernizar a agricultura brasileira, você não pode impedir um homem de fazer

certas coisas que ele está fazendo. A cidade brasileira vive em estado de sítio. É preciso utilizar o potencial de mão-de-obra despejada na cidade. Atrás de cada operário empregado na cidade, há uma fileira de sombras que são de desempregados dispostos a aceitar qualquer salário. No bojo desse problema, há uma questão agrária à espera de solução. Não a solução dos anos 30, porque o camponês não tem o que fazer no cerrado. Na realidade, vamos ter uma agricultura capitalista, com mão-de-obra assalariada. Um lote para o favelado construir sua casa, para o bóia-fria abrigar sua família enquanto trabalha na empresa capitalista, é solução mais exequível, promissora diferente da que pretendíamos promover nos anos 30. E, quando sairmos da crise, haverá milhões de empregos na indústria, nos serviços. A questão agrária não é um problema relativo à capacidade de produzir melhor. A mão-de-obra é decrescente por causa dos adubos, dos tratores, da irrigação, dos agrônomos, da tecnologia. Agora, o que fazer com a mão-de-obra?

Voz — E a transferência líquida de recursos para o setor externo, o problema da dívida externa?

Ignácio Rangel — O setor externo tira proveito de tudo isso, mas também pode investir. Podem fazer isso através das conversões, por exemplo. O Brasil pode emergir dessa crise como uma potência mundial. Não poderá disputar a primazia com os EUA e a URSS, inclusive porque o centro da economia mundial será socialista.

Voz — A perestroika vai alavancar a economia mundial?

Ignácio Rangel — Para a superação dessa crise, o socialismo vai muito melhor em produção do que o capitalismo. Não levou ao limite a utilização da tecnologia desenvolvida. Quando modernizar tudo, ficará na frente, porque o capitalismo já não pode fazer isso, seu setor arcaico já foi à falência.

Voz — Mas, qual a saída para a dívida?

Ignácio Rangel — Pagar. O Estado pode optar por um esquema, criar uma lei nova, mais ou menos assim: Vou pagar os juros e amortizar a dívida. Aos Estados Unidos nós vendemos tanto e compramos tanto. Limitamos as compras aos Estados Unidos ao que sobrou do nosso compromisso com eles. Se eu tenho obrigações de amortizações e de pagamento da dívida, que absorvam, por exemplo, 50% da nossa receita de exportação para os EUA, isso significa que eu levo ao mercado apenas o que sobra. Agora, não é razoável que se limite as importações de países que são nossos credores. Vamos discutir mostrando força, exigindo proposta razoável. Mas, se não temos força para fazer moratória, não vamos fazer moratória.